

A08 – DIREITO - ADVOGADO DE EMPRESA

PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES

- Este caderno contém 05 questões discursivas.
- Durante a realização da prova, não são permitidas consultas a legislação, anotações, livros, impressos ou a qualquer outro material.
- Não esqueça de transcrever as respostas para o Caderno Definitivo de Respostas.
- Ao terminar a prova, os candidatos levarão este Caderno de Questões.
- Duração da prova: quatro horas.

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 1

Disserte sobre as novas regras societárias, advindas com a lei n. 10.303/01 (que alterou alguns dispositivos da lei nº 6.404/76), no que tange ao fechamento do capital da companhia.

QUESTÃO 2

Das últimas mudanças na legislação que trata do mercado de capitais, foi divulgado que a finalidade das mudanças refletirão, sobretudo, na proteção dos acionistas minoritários. Dessa forma, descreva as mudanças de tratamento aos minoritários, inclusive valorando a importância de tal proteção.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 3

A Constituição de 1988 consagrou a tese de que a propriedade constitui uma instituição diferenciada em seu conteúdo, de acordo com os diversos tipos de bens e de titulares, garantindo o direito de propriedade em geral, mas dispondo que ela atenderá a sua função social. Na linha desse princípio, disserte sobre a nova propriedade em face do Código Civil, da legislação ordinária e da Constituição.

QUESTÃO 4

Disserte sobre o tema: Os princípios contratuais clássicos e a função social do contrato, sob o fundamento da evolução (doutrina, jurisprudência e legislação).

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 5

Considere a seguinte situação hipotética: o Congresso Nacional edita lei determinando o confisco imediato e temporário de todos os valores depositados, a qualquer título, por qualquer pessoa, no sistema financeiro nacional. Indaga-se:

- a) É possível a qualquer pessoa levar sua causa ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de inconstitucionalidade?
 - b) Quais as ações de acesso direto ao Supremo Tribunal Federal para controle concentrado ou abstrato da constitucionalidade?
 - c) Quais os efeitos de eventual decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade da lei?
 - d) O Governo poderia, de alguma forma, solicitar ao Supremo Tribunal Federal a confirmação da constitucionalidade da lei?
 - e) Se o Supremo Tribunal Federal declarar, em decisão final, a constitucionalidade da lei, os demais magistrados estarão obrigados a seguir essa orientação?
- Fundamente todas as respostas, expondo as razões adotadas.